

CURTA PASSAGEM DE LUCIANO PEREIRA DA SILVA PELO ACTUARIADO PORTUGUÊS

Ana Patrícia Martins

Escola Superior de Educação de Viseu / CIUHCT
anapatmartins@gmail.com

Resumo: A passagem de Luciano Pereira da Silva pelo actuariado português foi breve.

Em 1908, e por cerca de um ano, foi actuário da seguradora *Portugal Previdente*, corrigindo os planos incorrectos sobre que tinha sido fundada. Significativo é, também, o estudo feito com o matemático António dos Santos Lucas e o actuário Fernando Brederode, estabelecendo bases comuns para as seguradoras ramo Vida a que pertenciam. Publicado em 1909, foi indicado, em 1934, para ser adoptado pelas seguradoras nacionais. Na década de 1910, demonstrou preocupações com a instrução em actuariado em Portugal, procurando saber da formação em universidades de países mais adiantados nessa área. Destaca-se, ainda, a sua ligação à *Associação dos Actuários portugueses*, a primeira associação profissional portuguesa, criada em 1926.

Comentamos os seus contributos, enquadrando-os no panorama do desenvolvimento do Cálculo Actuarial, da indústria dos seguros e do ensino de actuariado em Portugal no primeiro quartel do século XX.

1 Introdução

Em um parágrafo nos resume Fernando Teixeira Homem de Brederode (1867–1939) o percurso de Luciano Pereira da Silva (1864–1926) pelo actuariado português:

Curta foi a sua passagem pelo actuariado português onde o seu profundo saber e agudíssima inteligência levando a cabo a transformação da Portugal Previdente realizaram façanha comparável á da limpeza da estrebaria do argonauta rei da Elida, pelo desvio do curso do rio Alfeu. Passado pouco tempo não quis continuar ao serviço d'esta companhia, mas nunca deixou de se interessar pelos estudos actuariaes[...] [Brederode, 1926, 3].

Uma passagem curta, mas marcante.

Brederode assume-se como uma figura incontornável no desenvolvimento da indústria dos seguros em Portugal nas primeiras décadas do século XX. Argumento que, por si só, justificaria as referências que faremos a contributos seus. A relação de amizade que manteve com Pereira da Silva reforçam, ainda, a importância dos seus testemunhos.

Para contextualizar a actividade de Pereira da Silva, fazemos, nesta comunicação, uma breve menção inicial ao desenvolvimento dos seguros Vida em Portugal antes de 1907, ano em que ocorre uma nova regulamentação da indústria dos seguros, com a novidade de conter pela primeira vez referências à modalidade de seguro Vida. Referimo-nos ao início de actividade da companhia Portugal Previdente e às circunstâncias em que Pereira da Silva se tornou o seu actuário responsável, em 1908. Enquadramos o seu único escrito nesta área, um estudo feito em colaboração com dois outros actuários. Comentamos a preocupação que demonstrou, na década de 1910, com a instrução em actuariado em Portugal, contextualizando-a no panorama do ensino dessa área em Portugal. Por fim, fazemos breves considerações sobre a primeira associação profissional de actuários, de que Pereira da Silva foi sócio fundador.

2 Desenvolvimento dos seguros em Portugal até 1907

As primeiras companhias portuguesas de seguros Vida foram criadas ainda na primeira metade do século XIX — a *Fidelidade*, em 1835, e a *Providência*, em 1845. De qualquer modo, essa modalidade não singrou. Em 1854, na *Fidelidade*, decide-se suprimir essa assistência, sem que existam certezas de que tenha funcionado em pleno, retomando-se apenas em 1920; a companhia *Providência* foi extinta em 1859. A ambas as companhias se encontra ligado um mesmo personagem, Cláudio Adriano da Costa (1795–1866), a quem se atribui a iniciativa de constituição da *Fidelidade* e a autoria da proposta da *Providência*. A relevância de escritos seus nesta área, designadamente a originalidade das tábuas de prémios propostas para a *Providência*, está por determinar, podendo isso significar o pioneirismo da utilização de técnicas de Cálculo Actuarial em Portugal. Pessoa com grande capacidade intelectual, curiosidade científica e espírito crítico, desconhece-se, no entanto, a sua formação académica. Desde cedo esteve ligado ao comércio nacional e internacional, viajando pela Europa, onde se terá apercebido da importância da indústria dos seguros e do seu progresso, designadamente em Inglaterra e França. Destacou-se no domínio económico-social, assumindo-se a sua obra como o melhor do seu tempo. Pertenceu a importantes empresas nacionais, em ramos diversos — para além da companhia de seguros *Fidelidade*, também o banco *Companhia*

União Mercantil, a *Associação Mercantil Lisbonense* e a *Companhia Lisbonense de Iluminação a Gás*, uma das que originaram a actual EDP.

Ao nível do uso de conhecimentos do Cálculo Actuarial para a organização científica de sociedades portuguesas que lidassem com contingências da vida, há a destacar, ainda no século XIX, os trabalhos do matemático Daniel Augusto da Silva (1814–1878), no âmbito da organização dos planos de pensões de montepios de sobrevivência [Martins, 2013]. Iniciados na década de 1860, a relevância dos seus textos não é tanto ao nível do seu valor científico, mas no uso que faz de conhecimentos da Ciência Actuarial. Com maior destaque no Montepio Geral, a instituição mais próspera do género, e que ainda hoje existe, os seus contributos estenderam-se ainda à generalidade dos montepios de sobrevivência portugueses, instituições de previdência cujo principal fim era o de proporcionar pensões de sobrevivência aos herdeiros dos seus sócios, depois do seu falecimento. Durante o século XIX, essas instituições atravessaram períodos difíceis e as que se mantiveram foram poucas. Um caso de sucesso foi o Montepio Geral, explicando-se o seu progresso pelo funcionamento de instituições que lhe estavam associadas, as quais permitiram obviar a insustentabilidade do seu fundo de pensões e assegurar a sua longevidade. Dessas, destacou-se a Caixa Económica.

O primeiro texto conhecido tratando contingências sobre a vida foi publicado ainda na primeira metade do século XVIII — *Annuities upon Lives* (1725), do matemático Abraham de Moivre (1667–1754) — e a partir dos inícios do século XIX compuseram-se em Inglaterra tratados de anuidades e de seguros sobre a vida que apresentavam a teoria de forma acessível a quem tivesse conhecimentos razoáveis de Matemática. De qualquer forma, a inexistência de estatísticas de mortalidade da população portuguesa impossibilitava tanto os montepios de sobrevivência como as companhias de seguros Vida de organizarem cientificamente os seus planos. Apenas a partir da década de 1860 surgem as primeiras estatísticas credíveis da população portuguesa, na sequência das orientações do Congresso Internacional de Estatística, um organismo fundado em meados do século XIX, cujas bases são criadas por ocasião da Primeira Exposição Universal, em Londres, em 1851, por se identificar então a necessidade de uniformizar os moldes em que as diversas Nações procediam ao estudo das suas populações, bens e serviços. A presença de Portugal nos encontros do Congresso Internacional de Estatística que decorreram durante o século XIX, de 1853 a 1876, não foi muito assídua: num total de nove sessões, fez-se representar em seis, variando os delegados entre ministros, lentes da Universidade de Coimbra, sócios da Academia das Ciências de Lisboa e responsáveis por organismos oficiais ligados à Estatística. De qualquer modo, notaram-se na se-

gunda metade do século XIX, influências desse Congresso no desenvolvimento da Estatística em Portugal [Martins, 2013, 237–251].

Somente no século XX a indústria dos seguros Vida singrou em Portugal. A pouca popularidade dos seguros e o reduzido hábito de poupança contribuíram para esse atraso. A primeira companhia de seguros que no século XX iniciou a modalidade Vida foi a companhia *A Nacional*, em 1906, dirigida por Fernando Brederode que assumiu, também, o cargo de actuário.

3 Regulamentação dos seguros Vida em 1907

Foi somente em 1907 que a indústria dos seguros recebeu em Portugal nova regulamentação, em particular o ramo Vida. Até então, o desconhecimento da fundamentação científica a dar a essa modalidade de seguros potenciava negócios abusivos, como podemos ler num dos primeiros números da revista *Seguros e Finanças. Revista económica e industrial*:

A industria do seguro de vida em Portugal tem tomado, nos últimos tempos, uma feição mercantil absolutamente condenável.

A caça ao segurado é um sport de novo género em que se lança mão de toda a sorte de embustes para assegurar o êxito.

A redacção pouco clara dos prospectos apresentados ao publico, e a promessa de participação e acumulação de lucros no fim de um largo período, são armas que em mão de agentes pouco escrupulosos, cujo único interesse é obter o pagamento do primeiro premio, só servem para crear desilusões e lançar a desconfiança sobre a industria que por todos os motivos deveria progredir entre nós.

Ainda hoje em Portugal se não sabe o que é o seguro de vida e a maioria dos contractos são angariados por meios indirectos, desconhecendo o segurado a verdadeira natureza do contracto que realiza. [A lei da vigilância, 1906, 69].

Essa revista, criada em 1906, é de particular importância pela diversidade de textos que contém nas temáticas de seguros e finanças — artigos técnicos, teóricos, científicos ou com o propósito de divulgar a indústria de seguros; notícias sobre companhias de seguros nacionais e estrangeiras, nomeadamente sobre a sua prosperidade, estatutos, falências, relatórios anuais. Publicada de 1906 a 1927 (com uma longa interrupção entre Outubro de 1911 e Setembro de 1926), a sua análise está por fazer mas tudo indica para que seja um contributo importante para delinear o progresso da indústria dos seguros em Portugal no século

XX. Brederode foi o seu mentor e Director. O seu propósito principal foi lançar a companhia de seguros *A Nacional*, criada nesse mesmo ano, se bem que não se tenha descurado a moralização da indústria dos seguros, destacando-se na crítica a programas incorrectos lançados por outras companhias de seguros ramo Vida.

O decreto-lei de 21 de Outubro de 1907 é um marco na regulamentação dos seguros Vida em Portugal, na medida em que estabeleceu a obrigatoriedade de pedido de autorização para o exercício da actividade, a obrigatoriedade de constituição de reservas matemáticas e a sujeição a uma fiscalização por parte do Estado, com a criação do *Conselho de Seguros*. A regulamentação das sociedades estrangeiras em funcionamento em Portugal assume-se como uma mais-valia, exigindo-se a constituição de reservas em Portugal, uma medida para restringir a emigração do ouro. Está ainda por aferir a existência de uma relação directa entre essa lei e a fundamentação científica e progresso das seguradoras ramo Vida daí em diante.

Na sequência dessa lei, em 1908, várias companhias não foram autorizadas a continuar a sua actividade. Cinco eram estrangeiras — *The Mutual Life Insurance Company New York*, *The Equitable Life Society United States*, *Garantia da Amazonia*, *The Mutual Reserve Life Insurance Company* e *Consolidated Assurance Company Limited* — e três eram nacionais — *Providência*, *A União faz a força* e *Portugal Previdente*. Esta última foi aquela a que Luciano Pereira da Silva se ligou, ainda em 1908, tornando-se seu actuário.

4 Companhia de seguros Vida *Portugal Previdente*

Fundada em Março de 1907, a *Portugal Previdente* apresentava no seu conjunto de produtos a atribuição de *rendas vitalícias*. No entanto, a forma de cálculo dos prémios a serem cobrados e das pensões a serem atribuídas não estavam cientificamente fundamentados, por não atenderem às condições que influenciavam a sua duração. Conforme podemos ler no prospecto abaixo, figura 1, a troca de um prémio uniforme de 240 réis mensais era proporcionada, ao final de vinte anos, uma renda vitalícia anual no valor de 30\$000 réis, não se atendendo à idade do subscritor nem sequer haver necessidade de inspecção médica.

Esta situação mereceu a reacção de Brederode, logo em Maio seguinte. Simulando o plano da companhia, e supondo condições ideais, comprovou a impossibilidade de cumprimento do prometido pela companhia [Brederode, 1907a, 99]. Com um alto sentido de dever e responsabilidade, afirma:

Como profissional da instituição dos seguros de vida, a que por

completo me dediquei com paixão, e que desejo vêr fortemente organizada no meu paiz dentro dos molde[s] correctos e scientificos, não podia assistir impassível e calado á criação e desenvolvimento de empresas de pseudos previdência, prejudiciaes ainda pelo descredito que por sua causa recahirá sobre todas as verdadeiras instituições de previdencia. [Brederode, 1907a, 99].



Figura 1: Prospecto da *Portugal Previdente* (1907)

Na mesma altura, foi contratado para actuário da *Portugal Previdente* o matemático António Cabreira (1868–1953) que, no *Jornal dos Seguros*, reage às críticas de Brederode, contrariando alguns dos seus argumentos [Cabreira, 1907a]. Na sequência dessas críticas, e de outras sobre o mesmo assunto, [Cabreira, 1907b], compôs o estudo *Demonstração mathematica do seguro Portugal Pre-*

vidente, [Cabreira, 1907c], o único escrito que lhe conhecemos na temática do Actuariado.

Devemos ainda destacar uma última reacção de Brederode aos textos de Cabreira, a qual, novamente, publica na revista que dirige, *Seguros e Finanças* [Brederode, 1907b]. Tomando, mais uma vez, como sua a responsabilidade pela denúncia de situações contrárias ao exercício correcto da profissão de actuário, desmonta a argumentação de Cabreira, apresentando uma comparação com companhias estrangeiras que se assemelham à *Portugal Previdente*.

O estudo feito por Brederode dos planos desta companhia foram pormenorizados, concluindo que as operações a que se destinava eram uma “copia mal traduzida” de companhias estrangeiras — a francesa *Les Prévoyants de l’Avenir*, a belga *Belgique Prévoyante* e a espanhola *Les Previsores del Porvenir* [Brederode, 1926, 3]. Mal traduzida, porque as sociedades belga e espanhola mantiveram o sistema de mutualidade da francesa sem, no entanto, garantir o pagamento da importância da renda anunciada; pelo contrário “havia um máximo restrictivo das presumíveis prodigalidades nos primeiros anos em que se pagassem rendas” [Brederode, 1926, 3].

5 Luciano Pereira da Silva, actuário da *Portugal Previdente*

Pereira da Silva entrou na *Portugal Previdente* a pedido da Direcção, após o Conselho de Seguros ter impedido, em 1908, a actividade da seguradora. Sabemos que Brederode teve influência na tomada de decisão do Conselho de Seguros — o próprio afirma que foi devido aos artigos que publicou sobre a Portugal Previdente que o “Conselho de Seguros concordou com a minha maneira de ver” [Brederode, 1926, 4]. Mas nada podemos afirmar da razão que levou a Direcção da companhia a convidar Pereira da Silva para o lugar de actuário. Desconhecem-se as motivações que o terão levado a aceitar o lugar ou interesse por essa área anterior a esta altura. À data, era lente catedrático da Faculdade de Matemática da Universidade de Coimbra, regendo a cadeira de Mecânica Celeste.

Dois trabalhos haveria a efectuar para que a *Portugal Previdente* pudesse retomar a sua actividade. O mais custoso, remediar os contratos existentes que estabeleciam pensões vitalícias sem atender à idade dos pensionistas; o outro, formular novas bases para a companhia, com fundamentos na Ciência Actuarial. Sobre o método adoptado para a primeira dessas tarefas, conhecemos apenas dois apontamentos relatados por Brederode — o uso da tábua de mortalidade inglesa H^M (healthy male), publicada em 1869, resultante da compila-

ção de dados de seguradoras inglesas, e a taxa de juro de 6%. Com base nesses pressupostos:

levou o Dr. Luciano a cabo essa obra da transformação de milhares de apólices atendendo em cada uma delas á idade do pensionista, á antiguidade da apólice, ás importâncias já recebidas pela Companhia e aos premios a receber. [Brederode, 1926, 3].

6 Publicação *Bases técnicas*

Para a definição dos planos que daí em diante se haveriam de adoptar na *Portugal Previdente*, Pereira da Silva trabalhou em conjunto com outros dois actuários: Brederode, actuário da companhia *A Nacional*, e António dos Santos Lucas (1866–1939), actuário da seguradora *A Lusitana*. Essas eram, à data, as únicas companhias de seguros de vida nacionais em funcionamento e Brederode viu nessa situação uma oportunidade para, em conjunto com os seus colegas de profissão, e amigos, estabelecer bases comuns para os seguros Vida das companhias a que pertenciam [Brederode, 1926, 3]. Dessa cooperação resultou a publicação *Bases técnicas das companhias portuguesas de seguros de vida: a Nacional, a Lusitana e Portugal Previdente aprovadas pelo Conselho de Seguros e elaboradas pelos seus actuários* [Brederode, Lucas & Silva, 1909].

A importância desse contributo reside no facto de estas bases terem sido seguidas por companhias de seguros de vida que se fundaram posteriormente. Em 1934, por circular de 5 de Junho, ficou determinado que todas as companhias de seguros deveriam limitar as bases dos seus cálculos, e, portanto, das reservas matemáticas, àquelas definidas nessa publicação. Será relevante perceber em que medida essa determinação foi levada a cabo, aferindo portanto a fundamentação científica das seguradoras daí em diante.

Breves palavras se justifica serem dadas sobre a actividade na área do actuariado, quer de Santos Lucas, quer de Brederode. O primeiro, doutor em Matemática; o outro, bacharel em Filosofia e sobre quem se sabe ter frequentado a *École des Points et Chaussées*. Santos Lucas iniciou em 1907 a actividade na indústria dos seguros, como actuário de *A Lusitana*, desconhecendo-se, no entanto, até quando. Juntamente com Pereira da Silva e Brederode, foi um dos sócios fundadores da *Associação dos Actuários Portugueses*, criada em 1926, e membro do *Congrès Internationaux d'Actuaires*, tendo participado em alguns dos encontros. A essas organizações nos referimos mais adiante. O currículo de Brederode na indústria dos seguros é mais extenso. Ao que já mencionámos, acrescentamos que em 1904 começou o seu interesse pelos seguros, enquanto

Director da *Previdência*. Em 1906 decide fundar uma companhia de seguros Vida sobre bases científicas, que viria a ser *A Nacional*, assumindo os cargos de Director e actuário. Foi o fundador da revista *Seguros e Finanças* e seu Director durante a sua existência, de 1906 a 1927. Escreveu diversos textos de seguros e actuariado.

Mais uma vez sabemos por Brederode que a passagem de Luciano Pereira da Silva pela *Portugal Providente* foi, por opção sua, curta. Passado pouco tempo dos trabalhos que descrevemos,

não quiz continuar ao serviço d'aquela companhia, mas nunca deixou de se interessar pelos estudos actuariaes, como se vê da carta que me escreveu da Alemanha. [Brederode, 1926, 3].

7 Luciano Pereira da Silva e a instrução em actuariado em Portugal

Tal carta, sobre a instrução em Actuariado nas universidades alemãs, foi enviada por Pereira da Silva de Berlim. Com data de 23 de Junho de 1912, foi reproduzida em 31 de Julho seguinte no *Jornal de Seguros. Revista internacional*, com aval de Brederode, sob o título “A sciencia dos seguros no estrangeiro” [Silva, 1912]. Em 1926, Brederode publica-a na revista que dirige, *Seguros e Finanças*, por ocasião do falecimento de Pereira da Silva, dando-lhe o título “A teoria matemática dos “Seguros” nas Universidades alemãs”.

Dessa carta transparece o interesse de ambos pela instrução superior em actuariado em Portugal. Seria assunto sobre que já haviam discutido, comprometendo-se Pereira da Silva a recolher informações sobre o ensino da ciência dos seguros nas universidades alemãs, por ocasião de uma deslocação a Berlim.

7.1 Instrução em Actuariado em Portugal

O ensino em actuariado começou em Portugal na década de 1880, nos institutos industriais e comerciais e não nas universidades. Inicialmente, na cadeira *Operações financeiras* do curso superior de comércio, em funcionamento no Instituto Industrial e Comercial de Lisboa. Foi essa cadeira criada em 1886 e, a julgar pelo seu programa, atendiam-se às diversas empregabilidades de um actuário, quer em companhias de seguros ramo Vida, instituições proporcionando planos de pensões ou mesmo instituições bancárias. A esse instituto sucederam o Instituto Superior de Comércio, fundado em 1911, e o Instituto Superior de

Ciências Económicas e Financeiras (ISCEF), em 1930, com algumas reformas desse curso. Sobre a adequação da formação proporcionada em actuariado, podemos atender à crítica feita logo após a criação do ISCEF. Reconhece-se que a formação ministrada não se havia alterado consideravelmente por mais de três décadas e não reflectia o estado de desenvolvimento de diversas áreas, designadamente, a Estatística Matemática, o Cálculo de Probabilidades e suas aplicações à teoria dos seguros de vida e a Teoria matemática das operações financeiras. Para mais pormenores sobre a instrução em actuariado em Portugal até à década de 1930 veja-se [Martins, 2013, 508–558] .

Apontamentos sobre a insuficiência da instrução em actuariado para o exercício da profissão de actuário encontram-se ainda na década de 1910, em notícias publicadas na revista *Seguros e Finanças*. Brederode seria, porventura, o seu autor. Referimo-nos a duas notícias publicadas em Março de 1908 e Janeiro de 1909. A primeira, sugerindo que se se atribuissem pensões a diplomados em Portugal com o curso superior de comércio para frequentar aulas nos Institutos de actuários de Inglaterra ou Alemanha [Actuarios, 1908]. A outra, dando conta de cursos de actuários em funcionamento na Alemanha, Áustria, Estados Unidos e França [Cursos de actuarios, 1909].

Da carta que Pereira da Silva escreve a Brederode entende-se que essa preocupação era, em 1912, ainda actual para Brederode. Pereira da Silva reflete sobre a vantagem que haveria para as companhias de seguros e para a vida económica do país ao exigir-se estudos mais profundos sobre as matérias relacionadas com seguros ramo Vida, podendo cada escola concorrer com os seus meios próprios, antevendo vantagens na colaboração das universidades. A esse respeito, recorda a tentativa, fracassada, de criação de um curso de Matemática dos Seguros na Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra, iniciativa de Sidónio Pais, então vice-Reitor da Universidade e lente dessa Faculdade. Essa proposta não foi adiante porque alguns professores entendiam não ser esse assunto adequado para uma Universidade. Ele próprio era, à data, lente de Matemática nessa Faculdade, pelo que o seu conhecimento dessa sequência de acontecimentos é pessoal. Na carta que escreve a Brederode, dá informações sobre os cursos de seguros em funcionamento nas universidades de Berlim, Munique, Göttingen, Viena de Áustria, Basileia e Berna.

8 Luciano Pereira da Silva, sócio fundador da Associação dos Actuários portugueses

Para finalizar, breves palavras sobre a regulamentação e exercício da profissão de actuário em Portugal, à qual também Pereira da Silva esteve ligado.

A primeira associação profissional portuguesa foi criada em 1926, a Associação dos Actuários portugueses (AAP), uma associação sobre a qual se sabe pouco, sequer quando se extinguiu, mas cuja entrega de espólio ao actual Instituto dos Actuários Portugueses, criado em 1945, constitui um “testemunho inequívoco da sucessão das duas associações”, ainda mais pela coincidência de vários dos sócios fundadores de ambas as sociedades [Barroso & Caeiro, 2005]. A iniciativa da criação da AAP partiu de Brederode, que convidou as pessoas que, à data exerciam, ou haviam exercido a profissão de actuário para serem sócios fundadores [Brederode, 1926, 4]. Da lista dos vinte e um sócios fundadores, constam, para além de Brederode, Pereira da Silva e Santos Lucas. Quanto à formação académica desses sócios, podemos identificar dezoito actuários ou ex-actuários, sete com o *curso de Comércio*, seis licenciados em Matemática, sendo quatro pela Universidade de Coimbra (dois dos quais, doutores) e dois formados pela Universidade de Lisboa. Muitos desses sócios exerciam o magistério — quatro no Instituto Superior de Comércio, dois na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, dois na Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra, um no Instituto Superior Técnico e dois na Escola Comercial Ferreira Borges.

No artigo primeiro dos estatutos da AAP, podemos notar a preocupação pela organização científica da indústria dos seguros Vida. Estabelece-se como objectivo da associação,

Porfiar em Portugal pela adopção dos métodos científicos na organização e funcionamento das instituições de previdência [Associação dos Actuários portugueses, 1921, 20].

A AAP foi criada perto de oito décadas depois do pioneiro Institute of Actuaries, em Inglaterra, fundado em 1848. Depois da Faculty of Actuaries, criada em Edimburgo em 1856, seguiram-se na Europa Continental a fundação de associações profissionais na Alemanha (1868), Holanda (1888), França (em 1872, o Cercle des actuaires français, extinto em 1880; em 1890, o Institut des Actuaires), Bélgica (1895), Itália (1897), Dinamarca (1901), Áustria (1904), Noruega (1904), Suíça (1905), Checoslováquia (1919), Polónia (1920), Finlândia (1922), Bulgária (1924), México (1937) e Espanha (1942). Em Portugal, o actual Instituto dos Actuários portugueses foi criado três anos depois da sociedade espanhola, sendo somente com esta instituição que a profissão de actuário ficou regulamentada em Portugal.

O interesse de Pereira da Silva por assuntos de actuariado pode ainda notar-se na ligação ao Congrès Internationaux d'Actuaires, tendo-se tornado seu membro em 1909. Aliás, entre 1908 e 1909, vários portugueses se tornaram

membros desse organismo, criado em 1895, o que faz antever uma forte preocupação por assuntos de actuariado e pelo correcto exercício da profissão. Em 1908, Fernando Brederode, Caetano Beirão da Veiga, Augusto Patrício dos Prazeres, José Quintela, António dos Santos Lucas e Francisco Xavier Esteves; em 1909, Luciano Pereira da Silva, Adolfo Guimarães e o General Augusto Alves. Se atendermos às representações de Portugal nos encontros do Congrès Internationaux d'Actuaires, notamos que até 1912, num total de sete encontros (1895, Bélgica; 1898, Londres; 1900, Paris; 1903, Nova Iorque; 1906, Berlim; 1909, Viena; 1912, Amsterdão), Portugal esteve representado em quatro (no primeiro e nos quatro últimos).

9 Conclusões

Apesar de uma curta passagem de Luciano Pereira da Silva pelo actuariado português, vemos que foram significativos os seus contributos.

Numa época em que se iniciava a regulamentação da indústria dos seguros, tornou-se essencial a definição de bases científicas sobre que se fundassem as companhias de seguros Vida. A criação de um modelo de bases técnicas, iniciativa dos três actuários das três companhias nacionais de seguros Vida existentes, ilustra um enorme contributo no sentido de zelar pelo futuro da indústria dos seguros Vida.

A par dessa regulamentação científica, assumia-se como tarefa de suma importância a regulamentação da profissão de actuário e, nesse campo, também Pereira da Silva deu o seu contributo, como sócio fundador da primeira associação profissional, a Associação dos Actuários portugueses, e como membro do Congresso Internacional de Actuários, a par de outros nomes importantes da indústria seguradora.

Por último, o seu interesse pela instrução em actuariado corrobora a tese de que na sua época esteve ligado a assuntos fundamentais do desenvolvimento da profissão de actuário e da indústria dos seguros Vida.

Luciano Pereira da Silva é um exemplo de um matemático que colocou ao serviço do actuariado a sua formação científica, uma prática corrente à época. Outros exemplos, que mencionámos nesta comunicação, são Daniel Augusto da Silva, sendo a sua obra nessa área analisada em [Martins, 2013], António Cabreira e António dos Santos Lucas, cujos trabalhos se conseguem delinear mas acerca dos quais se desconhecem pormenores. Nesta comunicação demos um contributo para a divulgação da actividade de Luciano Pereira da Silva na área do Cálculo Actuarial, uma faceta menos conhecida deste eminente persona-

gem. Um homem com interesses muito distintos e que se destacou em áreas como a Matemática, a Física astronómica e a Ciência Náutica.

Referências

- “A lei da vigilância”. 1906. *Seguros e Finanças*, nº 6, 69–70.
- “Actuarios”. 1908. *Seguros e Finanças*, nº 12, 155.
- “Associação dos Actuários portugueses”. 1921. *Seguros e Finanças*, nº 2, 2.^a série, 20–21.
- Barroso, M. N. E. & Caeiro, A., 2005. *Instituto dos Actuários portugueses — Comemoração dos 60 anos*. Portugal Previdente, Lisboa.
- Brederode, F., 1907a. “Rendas differidas”. *Seguros e Finanças*, nº 8, 97–99.
- Brederode, F., 1907b. “Rendas differidas II”. *Seguros e Finanças*, nº 9, 109–112.
- Brederode, F., 1926. “Dr. Luciano António Pereira da Silva”. *Seguros e Finanças*, nº 1, 2.^a série, 3–4.
- Brederode, F., Pereira da Silva, L. & Santos Lucas, A., 1909. *Bases technicas das companhias portuguezas de seguros de vida: a Nacional, a Lusitana e Portugal Previdente aprovadas pelo Conselho de Seguros e elaboradas pelos seus actuarios*. Imprensa Nacional, Coimbra.
- Cabreira, A., 1907a. “Portugal Previdente”. *Jornal de Seguros*, nº 34, 1–2.
- Cabreira, A., 1907b. “Cartas do sr. Antonio Cabreira”. *Jornal de Seguros*, nº 35, 2–3.
- Cabreira, A., 1907c. *Demonstração Mathematica do Seguro Portugal Previdente pelo actuario Antonio Cabreira*. Portugal Previdente, Lisboa.
- “Cursos de actuarios”. 1909. *Seguros e Finanças*, nº 15, 195–196.
- Martins, A. P., 2013. *Daniel Augusto da Silva e o Cálculo Actuarial em Portugal*. Tese de Doutoramento em História e Filosofia das Ciências, Universidade de Lisboa, Portugal.
- Silva, L. Pereira da, 1912. “A sciencia dos seguros no estrangeiro”. *Jornal de seguros*, nº 156, 1–2. (reprodução de carta de 23 de Junho de 1912 de Luciano

Pereira da Silva para Fernando Brederode). Também em: “A Teoria Matemática dos “Seguros” nas Universidades Alemãs”. *Seguros e Finanças*, nº 1, 2ª Série, 1926, 3–4.